



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

## **V EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DA RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS - 2020**

### **CADERNO DE QUESTÕES – INSTRUÇÕES GERAIS**

**DA PROVA OBJETIVA SELETIVA:** A prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, vale 100 pontos, e será composta por cinquenta questões com valor de 2 pontos cada.

1. As questões da prova objetiva seletiva são do tipo múltipla escolha com cinco opções e sem fator de correção e versão sobre: Direito Constitucional (dez questões); Direito Administrativo (dez questões); Direito Tributário (dez questões); Direito Processual Civil (dez questões); Direito do Trabalho/Processual do Trabalho (cinco questões) e Língua Portuguesa (cinco questões).

2. Não é permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.

3. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital, no caderno de prova e no cartão de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o edital e (ou) com as instruções contidas no cartão de respostas, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.

5. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

6. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

7. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da PGE/AM devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

8. Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a seu cartão de resposta.

**DA PROVA DISCURSIVA –** A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, nas cores azul ou preta.



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

1. Não será permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de deficiência que impossibilite a redação pelo próprio candidato. Neste caso, o candidato será acompanhado por servidor da Procuradoria Geral do Estado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
2. O candidato que não comparecer ao local das provas, nas datas e horários designados para seu início, e portando documento de identidade original com foto, dentre os declarados no ato de inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
3. A folha de respostas da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação da Prova Discursiva do candidato que tenha incorrido na violação a essa forma.
4. A folha de resposta para transcrição dos textos definitivos será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituído por erro de preenchimento do candidato.
5. **Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:**
  - a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod®*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman®*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.;
  - b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha;
  - c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.;
  - d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.
6. Não será permitida a entrada ou permanência de candidatos, no local da realização das provas, portando armas.
7. **Será excluído do Processo Seletivo, por ato do Presidente da Banca, o candidato que, durante a realização da prova:**
  - I – for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;
  - II – utilizar-se de anotações, livros ou impressos;
  - III – utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;
  - IV – utilizar-se de qualquer meio de comunicação externa;
  - V – usar corretivo de qualquer espécie, inclusive borracha, fita ou tinta;
  - VI – deixar de entregar o caderno de respostas da prova discursiva;
  - VII – comportar-se de modo a perturbar a ordem dos trabalhos ou a realização das provas pelos demais candidatos;
  - VIII – faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da organização do exame, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

**IX – retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização ou acompanhamento de fiscal;**

**X – não observar quaisquer das demais normas do edital.**

8. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto até que o último candidato termine sua prova, a fim de que todos assinem a ata atestando a idoneidade da finalização da prova.

**ATENÇÃO:**

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES **na última meia hora** do final da prova.
- Não é permitida a retirada de nenhuma folha integrante deste caderno de prova;
- A prova tem duração de 5 horas e meia.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site [www.pge.am.gov.br](http://www.pge.am.gov.br)

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_



## PROVA OBJETIVA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A primeira Constituição brasileira que tratou especificamente da ordem econômica foi a de:

- a) 1824
- b) 1891
- c) 1934
- d) 1937
- e) 1946

2. No Brasil, a forma de Estado, a forma de governo e o sistema de governo adotados são, respectivamente:

- a) presidencialismo, democracia e federação
- b) presidencialismo, federação e república
- c) federação, presidencialismo e república
- d) democracia, república e presidencialismo
- e) federação, república e presidencialismo

3. São direitos sociais, na forma da Constituição Federal:

- a) a liberdade, a alimentação e o trabalho
- b) a igualdade, a moradia e o transporte
- c) a educação, o lazer e a segurança
- d) a vida, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância
- e) a propriedade, a saúde, a assistência aos desamparados

4. Segundo a Constituição Federal, o processo legislativo não compreende a elaboração de:

- a) emendas à Constituição e leis complementares
- b) leis complementares e leis ordinárias
- c) leis delegadas e medidas provisórias
- d) decretos legislativos e resoluções
- e) decretos e regulamentos

5. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa que contém assertiva **INCORRETA**:

- a) compete privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
- b) lei complementar deve dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

c) a Constituição Federal não veda a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

d) as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

e) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de proposta de emenda constitucional subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

6. Assinale a alternativa que contém a assertiva correta:

a) cabe aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

b) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

e) cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

7. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei:

a) em regra, a exploração da atividade econômica, sendo determinante ao setor privado.

b) as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

c) o planejamento, sendo determinante para o setor privado.



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

- d) a fiscalização, sendo determinante para o setor privado.
- e) a fiscalização intensiva sobre o setor privado, assumindo, em regra, a exploração direta da atividade econômica.

8. De acordo com a Constituição da República de 1988, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ao caso concreto ou que indevidamente a aplicar, caberá, diretamente ao Supremo Tribunal Federal:

- a) recurso extraordinário
- b) recurso ordinário
- c) representação
- d) reclamação
- e) correição parcial.

9. A Constituição Federal não exige lei complementar para:

- a) dispor sobre o exercício financeiro
- b) dispor sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual
- c) estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais
- d) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta
- e) estabelecer condições para a instituição e funcionamento de fundos

10. Assinale a alternativa que contém a assertiva **INCORRETA**:

- a) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da constituição federal.
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da constituição federal.
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- d) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Acerca dos Princípios que regem o Direito Administrativo brasileiro, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, não prescrito expressamente em nossa constituição federal, garante um status especial ao estado perante os interesses privados com a finalidade de alcançar o interesse comum.
- b) o princípio da indisponibilidade do interesse público inspira a previsão dos limites ao administrador público na gestão da coisa pública, ficando este impedido de abrir mão do interesse público de forma arbitrária.
- c) o princípio da legalidade está abarcado na concepção de democracia republicana, o que significa a supremacia da lei e da constituição federal no manuseio da máquina pública, de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento de validade e seus limites.
- d) também definido como princípio da finalidade, o princípio da moralidade, expressamente previsto na Constituição Federal, reflete a necessidade de uma atuação do gestor que não discrimina pessoas, tanto para prejudicar como para beneficiar.
- e) incluído por meio de Emenda Constitucional, o princípio da eficiência traz a obrigação constitucional de o gestor prezar por uma administração que alcance mais resultados com menor gasto de verba pública possível.

12. A Administração Pública é a atividade desenvolvida pelo Estado ou pelos seus delegados, sob o regime de direito público, gozando de certos Poderes específicos para desempenhá-la. Acerca desses poderes, marque a assertiva **CORRETA**:

- a) o poder normativo ou regulamentar atribuído à Administração Pública confere a possibilidade de edição de atos normativos originários, por competência própria, previsto na Constituição.



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

b) o poder de polícia consiste na atividade estatal em que se limita o exercício dos direitos individuais em proveito do interesse público.

C) as atividades consistentes no Poder Disciplinar visam a apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não sendo necessário o respeito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

d) a organização em forma hierárquica é característica exclusiva do Poder Executivo, havendo, desta feita, somente nesse âmbito, a incidência do poder hierárquico.

e) o poder disciplinar é vinculado. Assim, a Administração possui liberdade de escolha entre punir ou não determinado servidor quando tiver ciência de uma conduta faltosa, não configurando como crime a falta de apuração e punição desta conduta.

13. Sobre organização administrativa, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa que os julga **CORRETAMENTE**:

I. a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade é unicamente a exploração de atividade econômica em regime de exclusividade.

II. a desconcentração administrativa é o processo pelo qual se distribui as competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, enquanto a descentralização se caracteriza pela distribuição de competências de uma pessoa jurídica para outra.

III. as autarquias são fruto de um processo de descentralização administrativa e consistem em pessoas jurídicas de direito público que possuem capacidade de autoadministração e executam serviços públicos próprios do Estado.

IV. as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado que possuem capital majoritariamente público e desempenham atividade econômica ou serviços públicos não exclusivos do Estado.

V. as agências reguladoras são autarquias federais autorizadas por lei e instituídas pelo Poder Executivo com a finalidade de regular e fiscalizar determinado setor econômico nacional, gozando de autonomia técnica para estabelecer os regulamentos.

A) estão corretos os itens II, III, V.

B) estão incorretos os itens I, II e V.

C) estão incorretos os itens I, II e IV.

D) estão corretos os itens I, II, III.

E) estão corretos apenas os itens II e III.

14. Com relação aos atos administrativos e aos institutos correlacionados, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) os atos administrativos podem ser convalidados pela Administração, sendo isto possível quando se trata de vícios sanáveis, podendo-se identificá-los como aqueles relacionados à forma, à finalidade e ao motivo.

b) os atos administrativos vinculados não são passíveis de revogação, mas podem ser anulados quando eivados de vícios insanáveis.

c) o silêncio da Administração nunca será considerado como manifestação de vontade.

d) a delegação é o processo pelo qual se admite a transferência de atribuição de um órgão para outro. Nesse sentido, é possível, inclusive, que se transfira a competência para elaboração de atos normativos ou atos de competência exclusiva do órgão.

e) o Poder Judiciário pode anular e revogar atos do Poder Executivo, quando vislumbrar vícios na sua constituição.

15. Anacleto, estagiário da Secretaria de Estado de Saúde, no Estado do Amazonas, dirigindo o carro da sua repartição, perdeu o controle e colidiu com dois outros carros. Feita a perícia, constatou-se culpa de Anacleto pelo acidente ocorrido. Da análise da situação acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) no caso em liça, não há responsabilidade do Estado do Amazonas em relação ao acidente ocorrido, haja vista que fora ocasionado por um estagiário, que não possui vínculo efetivo com este Ente federado.

B) Pode-se dizer que não há responsabilidade do Estado no acidente, pois a culpa fora constatada pela perícia, sendo esta exclusiva de Anacleto.

C) há responsabilidade do Estado do Amazonas pelo acidente ocasionado, aplicando-se aqui a teoria da responsabilidade integral, no entanto, não será possível o exercício do direito de regresso em face de Anacleto, uma vez que ele não é servidor efetivo.

d) o Estado do Amazonas deverá ser



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

responsabilizado, uma vez que é garantidor universal de qualquer acidente que ocorra em vias de sua fiscalização.

e) o Estado do Amazonas será responsabilizado, aplicando-se aqui a teoria do Risco Administrativo, devendo este Ente arcar com o prejuízo do acidente, sendo possível exercer o direito de regresso em face de Anacleto, em virtude de se ter constatado sua culpa pelo acidente ocasionado.

16. Acerca do processo licitatório e suas nuances, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) consoante a Constituição Federal, a licitação é processo obrigatório para toda e qualquer aquisição feita pela Administração Pública, não comportando exceção.

b) pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, deve-se obediência às regras publicadas em edital, sendo este o único instrumento previsto para estabelecer as regras do processo licitatório.

c) as propostas encaminhadas pelos licitantes devem se manter em segredo até que se realize sessão pública para abertura, evitando-se assim que licitantes tomem ciência antecipada das propostas de seus concorrentes, a fim de que se preserve a competição. Assim, o dever de sigilo das propostas na fere o princípio da publicidade.

d) a concorrência, a tomada de preços, o convite e o leilão são tipos de licitação previstos na Lei n. 8.666/1993.

e) para atender o interesse público, é possível realizar uma fusão entre as diversas modalidades de licitação e até mesmo fracionar o objeto da licitação, ainda que haja expressa vedação legal.

17. Sobre o regime jurídico dos contratos administrativos e suas peculiaridades, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa que corresponde ao julgamento **CORRETO** dos itens.

I. diante do regime jurídico estritamente público das contratações estatais, não se verifica possibilidade do Estado celebrar contratos em que se predomine o regime jurídico de direito privado, caso em que o ente estatal seria despedido de suas prerrogativas.

II. uma das principais características dos contratos administrativos é a presença das

cláusulas exorbitantes, que encontram supedâneo na supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Dentre elas, pode-se citar a possibilidade de alteração unilateral do contrato, que possui certas determinações limitações legais.

III. uma das prerrogativas do Estado nos contratos administrativos é a possibilidade de punir o contratado quando este cometer infrações contratuais, sendo necessário a instauração de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

IV. é possível revisar o contrato, por acordo entre as partes, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

a) todos os itens são verdadeiros.

b) todos os itens são falsos.

c) são verdadeiras as assertivas I, II e IV.

d) a assertiva I é a única falsa.

e) são falsas as assertivas I e IV.

18. Wellington, servidor público estadual, cometeu determinada falta disciplinar. Seu chefe, Rogério, recebeu mensagem anônima informando a falta cometida por Wellington. Por ser uma falta gravíssima, Rogério instaurou procedimento investigativo prévio e constatou que, de fato, fora cometida infração por parte de Wellington. Assim, Rogério determinou a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração da conduta de Wellington. O processo tramitou regularmente, embora ultrapassado o prazo legal para sua conclusão, finalizando com a sanção aplicada ao servidor faltoso. Wellington optou por não contratar advogado para acompanhar o processo, mas apresentou peça de defesa dentro do prazo.

a) diante da denúncia anônima, Rogério não



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

agiu corretamente, pois deveria ter ignorado a informação, diante da forma imprópria como a obteve.

- b) em se tratando de processo originado de denúncia anônima, afigura-se claramente a ilegalidade do processo disciplinar, o que, certamente, causará a anulação pela autoridade competente para punir.
- c) a ausência de advogado acompanhando o processo administrativo não implica violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, conforme assentou o Supremo Tribunal Federal, consolidando o entendimento inclusive em Súmula Vinculante.
- d) Wellington não poderia escolher entre fazer a própria defesa ou contratar um advogado, uma vez que é imprescindível a presença de advogados nos processos administrativos disciplinares, a fim de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme pacificado na jurisprudência pátria.
- e) ao ultrapassar o prazo previsto em lei para a conclusão do processo administrativo disciplinar, o procedimento que puniu Wellington deverá ser anulado pela evidente ilegalidade, haja vista a violação ao princípio da duração razoável do processo, conforme assentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

19. Sobre o regime de servidores públicos e suas peculiaridades, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a nomeação é a única forma de provimento originário do servidor público efetivo no ordenamento jurídico brasileiro, carecendo de prévia aprovação em concurso público.
- b) é inconstitucional toda a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- c) reintegração é o retorno do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente em razão da invalidação do seu processo de demissão.
- d) em regra, a Constituição veda a acumulação de cargos públicos, excepcionando-se a acumulação de dois

cargos de professor, a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

- e) a irredutibilidade de salário dos servidores públicos, garantida pela Constituição, assegura apenas a não redução real da remuneração.

20. Sobre intervenção do Estado na propriedade privada, julgue os itens a seguir e assinale a opção que corresponde ao julgamento **CORRETO**:

- I. limitação administrativa é uma restrição de caráter geral, atingindo bens que se enquadram nas condições estabelecidas na norma limitadora. Em regra, não gera direito à indenização ao proprietário que sofreu a limitação.
- II. o tombamento é uma medida interventiva de caráter restritivo cuja finalidade é preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental da sociedade sendo efetivado mediante procedimento administrativo específico. A regra é que haja indenização após o processo administrativo.
- III. requisição administrativa é uma modalidade de intervenção do Estado pela qual o ente se apodera do bem privado de forma temporária, mediante prévia indenização, para solucionar situações de iminente perigo.
- IV. a desapropriação, modalidade supressiva de intervenção do Estado na propriedade, é forma pela qual o Estado retira determinado bem privado de seu proprietário para atender as necessidades coletivas, devendo ser efetivada mediante pagamento de indenização prévia e justa.
  - a) estão corretos apenas os itens I e IV.
  - b) estão corretos os itens I e II apenas.
  - c) estão corretos os itens III e IV apenas.
  - d) está correto apenas o item IV.
  - e) todos os itens estão corretos.



### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a intervenção de terceiros no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o assistente pode se habilitar no processo até a prolação de sentença em primeiro grau de jurisdição.
- b) na assistência simples a sentença influirá na relação entre o assistente e o adversário do assistido.
- c) na hipótese de evicção, o evicto poderá denunciar à lide o seu alienante, a fim de que possa exercer os direitos correspondentes.
- d) se for réu o devedor, poderá ele promover o chamamento ao processo do fiador.
- e) nenhuma das alternativas.

22. Acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e do *amicus curiae*, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) o incidente de desconconsideração é cabível somente na fase de cumprimento de sentença ou de execução fundada em título executivo extrajudicial.
- b) o acolhimento do pedido de desconconsideração poderá determinar a responsabilidade do sócio em relação às dívidas da pessoa jurídica, mas não a responsabilidade da pessoa jurídica por dívidas do sócio.
- c) o juiz poderá admitir de ofício a participação do *amicus curiae* no processo e essa decisão é irrecorrível.
- d) admitida a intervenção do *amicus curiae*, poderá ele interpor os recursos cabíveis, demonstrados os pressupostos de admissibilidade.
- e) nenhuma das alternativas.

23. Com relação ao Agravo de Instrumento, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) sob pena de inadmissibilidade do recurso, sendo eletrônicos os autos, o agravante requererá a juntada, em três dias, aos autos do processo, da cópia da petição recursal.
- b) no caso de algum vício que comprometa sua admissibilidade, o relator concederá o prazo de cinco dias ao recorrente para que seja sanado o defeito.
- c) se a decisão interlocutória prejudicar autor e réu e apenas um deles interpor agravo de instrumento, o outro poderá recorrer

adesivamente no prazo para resposta, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras quanto aos requisitos de admissibilidade.

d) se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão agravada, o relator julgará monocraticamente pelo provimento do recurso.

e) nenhuma das alternativas.

24. Tício e Mévio celebraram contrato de depósito por meio do qual a coisa depositada, de propriedade de Tício, deveria ser guardada e conservada por Mévio pelo prazo de 6 (seis) meses. Após o término do referido prazo e apesar de regularmente notificado, o depositário recusa-se a restituir a coisa, alegando que deveria ter sido informado com pelo menos 1 (um) mês de antecedência para garantir a operacionalização adequada da devolução do bem. Tício ajuizou ação judicial e requereu a concessão de tutela inaudita altera parte, consubstanciada na determinação de que o réu devolvesse imediatamente o bem ou, em caso de recusa, fosse determinada a busca e apreensão da coisa depositada.

O magistrado considerou, em sede de cognição sumária, satisfatoriamente comprovadas as alegações de Tício e deferiu a medida, cuja tutela tem natureza:

- a) de urgência cautelar.
- b) de urgência antecipada.
- c) executiva.
- d) de evidência.
- e) nenhuma das alternativas.

25. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) a decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito é impugnável por agravo de instrumento.
- b) o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso.
- c) se apenas um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles estiver em condição de imediato julgamento, o juiz não antecipará o mérito de qualquer deles, mas proferirá decisão de saneamento e de organização do processo.
- d) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

e) todas as alternativas estão corretas.

26. Segundo as normas e regras contidas no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. a competência em razão da matéria é derogável pela vontade das partes.
- ii. a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- iii. se a ação versar sobre hipoteca, será competente o foro de situação da coisa, mas o autor poderá optar pelo foro de eleição.
- iv. é possível ter capacidade de ser parte e não ter capacidade processual.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) II apenas.

27. Com base no tratamento conferido pelo Código de Processo Civil de 2015 aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, é **CORRETO** afirmar:

- a) da decisão que inadmite recurso extraordinário ou recurso especial em decorrência da aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos, cabe agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial.
- b) se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, deverá remetê-lo ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.
- c) quando o recurso extraordinário ou especial se fundar em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado em que houver sido publicado o acórdão divergente, bastando, nas razões recursais, transcrever a ementa do acórdão paradigma.
- d) não haverá repercussão geral se o recurso extraordinário atacar decisão contrária à súmula ou à jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

e) nenhuma das alternativas está correta.

28. Sobre a fraude à execução, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) conhecida também por fraude contra credores, o seu reconhecimento implica a ineficácia da alienação em relação ao exequente.
- b) não caracteriza, por si só, fraude à execução a alienação de um bem imóvel após determinada a penhora e intimado o executado da constrição, sem que o exequente tenha providenciado a averbação do ato no respectivo cartório de registro de imóveis.
- c) para caracterizar a fraude à execução exige-se a pendência de processo de execução ou de cumprimento de sentença, não podendo ser reconhecida na hipótese de processo ou fase de conhecimento.
- d) o meio processual para reconhecer a fraude à execução é a ação pauliana.
- e) todas as alternativas estão corretas.

29. Quanto ao processo de execução e ao cumprimento de sentença, considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é possível que um bem sofra mais de uma penhora e, nesse caso, terá preferência aquele credor que detiver o melhor privilégio legal.
- b) a instauração do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer e de entregar coisa certa se dará de ofício, pelo juiz, ou a requerimento da parte.
- c) o contrato administrativo celebrado por pessoa jurídica de direito público não pode ser considerado título executivo extrajudicial.
- d) caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça, sujeitando o executado à multa, se o devedor for intimado e omitir-se em indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora.
- e) todas as alternativas estão corretas.

30. Sobre os procedimentos especiais, indique a assertiva **INCORRETA**:

- a) aplica-se o princípio da fungibilidade às ações possessórias, podendo o juiz, por exemplo, conceder a reintegração de posse, se comprovado o esbulho, mesmo que o autor tenha pedido a manutenção possessória.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

- b) é admitida a reconvenção na ação monitória.  
c) os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento ou de execução e, neste último caso, até a sentença extintiva do processo executivo.  
d) a habilitação ocorre quando houver falecimento de qualquer das partes, a fim de que os interessados sucedam o falecido no processo.  
e) todas as alternativas estão corretas.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a execução Fiscal:

- a) não é admitida a citação por edital em execução fiscal, ainda que frustradas as demais modalidades.  
b) o executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.  
c) em execução fiscal, quando não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por seis meses, findo o qual se inicia a contagem do prazo da prescrição quinquenal intercorrente.  
d) a exceção de pré-executividade não é cabível em execução fiscal, nem mesmo em relação às matérias conhecíveis de ofício e que não demandam dilação probatória.  
e) em ações de execução fiscal, a petição inicial poderá ser indeferida de plano sob o argumento de ausência de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.

32. O ICMS é um imposto não cumulativo, por expressa determinação constitucional. A Lei complementar n 87/1996 estabelece, no caput de seu art. 23, que o direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação. De acordo com o parágrafo único do artigo adrede mencionado, o direito de utilizar o crédito do ICMS extingue-se depois de decorridos:

- a) cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que a mercadoria ou o serviço foram recebidos.  
b) três anos, contados da data da entrada da mercadoria no estabelecimento ou do recebimento do serviço.  
c) cinco anos, contados da data de emissão do documento.  
d) três anos, contados da data em que saiu do estabelecimento a mercadoria que deu suporte ao crédito.  
e) três anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.

33 - Considere hipoteticamente que tendo assumido o compromisso de buscar alternativas para recuperar parte dos expressivos montantes registrados a título de Dívida Ativa, o Procurador-Geral do Estado do Amazonas determinou que as certidões de dívida ativa deveriam ser imediatamente enviadas a protesto nos Tabelionatos de Protesto de Títulos da Capital, inclusive aquelas de valor consolidado inferior a R\$ 20.000,00. Assim procedendo, o Procurador-Geral teria:

- a) acertado, porque a existência de autorização legal para não ajuizar as execuções fiscais em valor inferior a R\$ 20.000,00 não impede o protesto da dívida.  
b) acertado, porque a legislação que autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais em valor inferior a R\$ 20.000,00 foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.  
c) errado, porque as certidões de dívida ativa padeceriam dos requisitos imprescindíveis de liquidez e certeza.  
d) errado, porque o único meio apto para o recebimento de créditos públicos inadimplidos é a execução fiscal em juízo.  
e) errado, porque a autorização legal para não ajuizar as execuções fiscais em valor inferior a R\$ 20.000,00 impede o protesto da dívida.

34. Assinale a alternativa correta a respeito das normas gerais de direito tributário:

- a) na falta de eleição pelo sujeito passivo, o domicílio tributário das pessoas naturais será, inicialmente, o centro habitual de suas atividades.



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

b) a lei pode atribuir de maneira expressa a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ou desvinculada do fato gerador da respectiva obrigação.

c) é vedado à autoridade administrativa recusar o domicílio Fiscal eleito pelo sujeito passivo, ainda que dificulte a fiscalização do tributo.

d) equipara-se a majoração do tributo, a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso, ainda que seja apenas para atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

e) em situações de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange os tributos devidos pela sucedida até a data da sucessão, integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade e, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 meses, a contar da data da alienação, nova atividade.

35. O Código Tributário Nacional, no art. 145, estabelece, de modo indireto, a definitividade do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo. O referido dispositivo estabelece, expressamente, que o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: I – impugnação do sujeito passivo; II – recurso de ofício; III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149. De acordo com o artigo 149 do CTN, a revisão do lançamento só pode ser iniciada:

a) quando o processo administrativo tributário tiver corrido à revelia das autoridades fazendárias.

b) enquanto não transcorrido o prazo decadencial.

c) enquanto não transcorrido o prazo prescricional.

d) quando se comprove que a autoridade fiscal, ou terceiro em benefício daquela, agiu com dolo, fraude ou simulação.

e) quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade de auto aplicação de penalidade pecuniária – lançamento de penalidade por homologação.

36. Com base nas disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta acerca da legislação tributária:

a) a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.

b) salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

c) interpreta-se de modo mais favorável ao contribuinte a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.

d) a legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos jurídicos passados, futuros e pendentes.

e) a observância estrita das normas complementares de direito tributário não afasta a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo

37. No que diz respeito à isenção, conforme o Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

a) é causa excludente do crédito tributário, mas não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito tenha sido excluído.

b) é causa extintiva do crédito tributário, sendo extensiva às taxas e contribuições que tenham por fato gerador o mesmo fato jurídico relevante do crédito tributário extinto.

c) é causa excludente do crédito tributário e pode ser livremente suprimida, mesmo quando concedida sob condição onerosa.

d) é causa extintiva do crédito tributário e depende, em qualquer hipótese, de despacho, genérico ou particular, de autoridade administrativa competente para a verificação.

e) é causa excludente do crédito tributário e só pode ser concedida em caráter geral, nos termos da lei, pela isonomia tributária, mas deve sofrer, em qualquer caso, restrições temporais por meio de regulamento.

38. No que tange às limitações constitucionais ao poder de tributar, marque a alternativa errada:

a) é vedado instituir impostos sobre serviços dos partidos políticos;



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

- b) é vedado utilizar tributo com efeito de confisco.
- c) é vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) é vedado instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros.
- e) é vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

39. Sobre a competência tributária, é **CORRETO** afirmar:

- a) pode ser delegada, eis que se permite a atribuição das funções de arrecadar e fiscalizar tributos a terceiros.
- b) se não for exercida pela pessoa jurídica de direito público competente, pode ser transferida para outro ente político.
- c) é incaducável, mesmo que não exercida por um longo período de tempo.
- d) pode ser alterada por lei do ente competente para a instituição do tributo.
- e) é a capacidade tributária ativa para figurar como titular do direito subjetivo de cobrar tributo.

40. Sobre o instituto da prescrição em matéria tributária, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) a inscrição do débito em dívida ativa suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- b) a prescrição é interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação.
- c) o juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.
- d) a prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
- e) a prescrição extingue o crédito tributário.

41. Em janeiro de 2020, durante uma audiência trabalhista que envolvia uma empresa terceirizada do Estado do Amazonas, o juiz indagou à pessoa que se apresentou como preposta da terceirizada se ela era empregada da empresa, recebendo como resposta que não. O juiz, então, manifestou seu entendimento de que esta deveria, obrigatoriamente, fazer-se representar por empregado, concluindo que a empresa não estava adequadamente representada. Decretou, então, a revelia, excluiu a defesa protocolizada e sentenciou o feito na própria audiência, julgando os pedidos inteiramente procedentes.

Diante desse quadro e do que prevê a CLT, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) nada há a ser feito, porque uma Empresa Terceirizada, por exceção, precisa conduzir um empregado para representá-la.
- b) o advogado da Ré deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias, buscando anular a sentença, pois o preposto não precisa ser empregado da reclamada.
- c) o advogado da ré deverá impetrar mandado de segurança, porque a exigência de que o preposto seja empregado, por não ser prevista em Lei, violou direito líquido e certo da empresa.
- d) uma vez que a CLT faculta ao juiz aceitar ou não como preposto pessoa que não seja empregada, o advogado deverá formular um pedido de reconsideração judicial.
- e) todas as alternativas estão erradas.

42. Sobre os recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho de decisão definitiva tomada por tribunal regional do trabalho, em processo de sua competência originária.
- b) o juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela presidência dos tribunais regionais do trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, abrangendo inclusive o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
- c) os prazos de recurso e de contrarrazões serão contados em dias úteis, com exclusão do



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

d) cabe recurso de revista para Tribunal Regional do Trabalho das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos.

e) todas alternativas estão corretas.

43. Em sede de reclamação trabalhista proposta por Sávio, os pedidos liquidados somaram valor inferior a 40 salários mínimos nacionais. A ação foi movida em face do ex-empregador e do Estado do Amazonas, em razão de alegação de responsabilidade subsidiária. Sobre o caso apresentado, assinale a opção **CORRETA**.

a) a ação correrá sob o rito sumaríssimo, pois cabível o rito especial para qualquer parte na justiça do trabalho, desde que o valor da causa seja compatível.

b) a ação correrá no rito ordinário, mas, caso-a primeira ré não seja encontrada, não será possível realizar a citação por edital, em vista de a segunda ré ser a união.

c) a ação correrá no rito sumaríssimo, e, em caso de prova testemunhal, cada parte terá direito a ouvir até três testemunhas.

d) a ação correrá sob o rito ordinário, porque, em que pese o valor da causa, figura ente de direito público no polo passivo.

e) todas alternativas estão incorretas.

44. ABC Manutenção e Limpeza manteve contrato de fornecimento de mão de obra de limpeza com empresa pública estadual. Por ocasião da ruptura do contrato entre as empresas, Paulo, funcionário da ABC Manutenção e Limpeza, e que prestava serviços para a empresa pública, foi dispensado sem receber as verbas rescisórias. Ajuizou ação trabalhista em face de ambas as empresas, sendo a empregadora revel. A tomadora dos serviços apresentou defesa com robusta documentação, demonstrando a efetiva fiscalização do cumprimento do contrato e de aspectos legais, sendo certo que o contrato foi cancelado justamente em razão desta fiscalização.

Diante deste caso, assinale a afirmativa **CORRETA**.

a) a empresa pública responde solidariamente por força da terceirização.

b) a empresa pública responde subsidiariamente por força da terceirização, haja vista o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.

c) a empresa pública é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda porque não tem vínculo de emprego com Paulo.

d) a empresa pública não responde pelo inadimplemento das verbas trabalhistas porque sua responsabilidade não decorre do simples inadimplemento contratual, tendo ficado provado, no caso, que houve efetiva fiscalização por parte da tomadora dos serviços.

e) todas alternativas estão incorretas.

45. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito das novas regras advindas da terceirização disciplinadas nas Leis 13.429/17 e 13.467/17:

a) a contratante não poderá estender ao trabalhador da empresa de prestação de serviços os benefícios de alimentação, transporte, treinamento e atendimento médico destinado aos seus empregados, sob pena de reconhecimento do vínculo empregatício.

b) o empregado que for demitido da empresa contratante não poderá prestar serviços para esta na qualidade de terceirizado antes do decurso de prazo de dez meses, contados a partir da sua demissão.

c) considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

d) a contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, sendo solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços por parte dos trabalhadores.

e) todas as alternativas estão incorretas.

### LÍNGUA PORTUGUESA

46. Analise os textos abaixo para responder à questão:



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

<b>Texto I</b>
<b>Sol de Primavera</b> Beto Guedes
Quando entrar setembro E a boa nova andar nos campos Quero ver brotar o perdão Onde a gente plantou Juntos outra vez Já sonhamos juntos Semeando as canções no vento Quero ver crescer nossa voz No que falta sonhar
<b>Texto II</b>
<b>BOLO DE MILHO</b>
INGREDIENTES 1 lata de milho com caldo 2 colheres (sopa) de manteiga derretida 1 vidro pequeno de leite de coco 2 1/2 xícara (chá) de Farinha de Milho Flocada 1 colher (sopa) de fermento 3 ovos inteiros 2 1/2 xícaras (chá) de açúcar 1 pitada de sal
MODO DE PREPARO Misture todos os ingredientes no liquidificador e coloque em forma untada e polvilhada. Leve ao forno quente e deixe por 30 minutos.
<b>Texto III</b>
<b>Competição entre irmãos</b>
Três irmãos competiam para ver quem agradava mais a mãe idosa com presentes. O 1º - Comprou uma mansão para ela. O 2º - Um Mercedes. O 3º - Muito criativo, lembrou da dificuldade da mãe, quase cega, em ler a bíblia. Comprou um papagaio marrom, muito raro, treinado durante anos, por 18 monges diferentes, capaz de recitar toda a bíblia. A ave custou a fortuna de 20 milhões de dólares, mas o filho estava seguro de que o presente agradaria a sua mãe. Meses depois, a velhinha escreveu para cada um dos filhos: Para o primeiro: - "Jorge, a casa que você comprou é muito grande. Eu moro apenas em um quarto, mas tenho de limpar a casa toda." Para o segundo: - "Tatiana, eu estou muito velha pra sair de casa, então nunca uso o Mercedes." E, por fim, para o terceiro: - "Martins, você é o único que teve bom senso pra saber do que sua mãe realmente gosta. Aquela galinha estava deliciosa! Muito obrigada!"

I. Quanto à tipologia, pode-se classificar o texto I como texto dissertativo-argumentativo; o texto II como explicativo injuntivo e o III como narrativo; quanto ao gênero: o I é uma poesia, o II é uma receita e o III é uma piada;

II. Dos três textos, o que predomina a linguagem conotativa é o I; no II e III, a linguagem é denotativa;

III. No texto I, temos elipse nos versos 3, 6 e 8; no trecho: "E a boa nova andar nos campos", temos uma prosopopeia;

IV. No texto III, no trecho "comprou uma mansão pra ela", o pronome ela se configura como uma anáfora, pois recupera a palavra mãe, do parágrafo acima;

V. No campo dos implícitos estão os PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS, responsáveis por fazer uma boa leitura. No texto I, é possível utilizar do pressuposto para compreender a mensagem, já que as palavras: brotar, plantou, semeando, indicam que o autor entende as canções como se fossem sementes plantadas pelo cantor;

Após analisar as assertivas acima, é possível verificar que:

- Todas estão incorretas;
- Apenas a I, II, III estão corretas;
- Apenas a IV, V estão corretas;
- Apenas a I, III, V estão corretas;
- Todas estão corretas

47. A respeito da utilização do pronome demonstrativo, da função do que e do se, marque a alternativa **INCORRETA** quanto à análise:

a) A senhora queria comprar este carro, mas desistiu- 1ª. Pessoa (O pronome este indica que o carro está perto da pessoa que fala); O garoto ficou feliz por comparasse carro - 2ª. Pessoa (O pronome esse indica que o carro está perto da pessoa com quem falo, ou afastado da pessoa que fala); Certamente, quando tiver muito dinheiro, quero comprar aquele carro - 3ª. Pessoa (O pronome aquele diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo)

b) Este ano é para ser feliz, pois está muito bom para nós (O pronome este refere-se ao ano presente); Esse ano que passou foi difícil, foi um tempo de aprendizado (O



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

pronome esse refere-se a um passado próximo); Aquele ano foi terrível para todos, pois os tempos de guerra são tristes. (O pronome aquele está se referindo a um passado distante)

c) Quê! Você ainda não está pronto? - interjeição; Ele tem certo quê misterioso - substantivo na função de núcleo do objeto direto; Não encontramos as pessoas que saíram - pronome relativo; Venha logo, que é tarde - conjunção coordenativa explicativa; quero que tudo dê certo - Conjunção subordinativa integrante;

d) Perguntei se ele estava feliz - Conjunção subordinativa integrante; Se todos tivessem estudado, as notas seriam boas - Conjunção subordinativa condicional; Ele arrependeu-se do que fez - Parte integrante do verbo; Vendem-se casas - Partícula apassivadora; Precisa-se de vendedores - Índice de indeterminação do sujeito; Ele cortou-se com o facão - Pronome reflexivo;

e) No trecho: “É a parte que te cabe deste latifúndio/É a terra que querias ver dividida” (Morte e vida Severina - João Cabral de M. Neto), o pronome demonstrativo deste indica proximidade com a 2ª. Pessoa; a palavra que é uma conjunção coordenativa explicativa;

III. Em “remendei a bola”, há um caso de crase facultativa, portanto, poderia também ser escrito “remendei à bola”;

IV. Caso a personagem dissesse: guardei minha mesada e fui a Grécia ou guardei minha mesada e fui a Roma, no primeiro caso deveria receber o acento grave indicador de crase - à Grécia; no segundo caso seria sem o acento grave - a Roma;

V. Imagine a seguinte fala no quadrinho: “eu fiz uma tramóia e minha bola ficou super-resistente, por isso o vôlei dela está ainda maior”. Neste caso, todas as palavras estão escritas de acordo com o novo acordo ortográfico;

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão incorretas;
- c) Apenas as alternativas III, V estão incorretas;
- d) Apenas as alternativas I, II, III, estão incorretas;
- e) Apenas as alternativas IV, V estão incorretas;

48. Analise a tirinha abaixo para responder o que se pede:



- I. O uso das reticências no fim da fala do 1º. quadrinho se dá porque há uma frase gramaticalmente completa com a intenção de sugerir prolongamento de ideia, que se dá no próximo quadro;
- II. A vírgula, no trecho-“...Aí, no outro mês, guardei de novo ...” tem por finalidade separar o adjunto adverbial intercalado; já no trecho: “Com as mesadas, eu comprei...”, a vírgula serve para marcar o deslocamento no período inverso.

49. Leia o texto para responder o que se pede:

Jorge Amado

Publicado originalmente no jornal Folha da Manhã, 1945.

Tenho **horror a hospitais**, os frios corredores, as salas de espera, antessalas da morte, mais ainda a cemitérios onde as flores **perdem o viço**, não há flor bonita em campo santo. Possuo, no entanto, um cemitério meu, pessoal, eu o construí e inaugurei há alguns anos, quando a vida me amadureceu o sentimento. Nele **enterro** aqueles que matei, ou seja, aqueles que para mim **deixaram de existir**, morreram: os que um dia tiveram a minha estima e perderam.

Quando um tipo vai além de todas as medidas e de fato me ofende, **já com ele não me aborreço**, não fico enojado ou furioso; não brigô, não corto relações, não lhe nego o cumprimento. Enterro-o na vala comum de meu cemitério - nele não existe jazigo de família, túmulos individuais, os mortos jazem em cova rasa, na promiscuidade da salafrarice, do mau caráter. Para mim, o fulano morreu, foi



Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral do Estado

enterrado, faça o que faça, já não pode me **magoar**.

Raros enterros – ainda bem! – de um pérfido, de um perjuro, de um desleal, de alguém que faltou à amizade, traiu o amor, foi por demais interesseiro, falso, hipócrita, arrogante – **a impostura e a presunção me ofendem fácil**. No pequeno e feio cemitério, sem flores, sem lágrimas, sem um pingo de saudade, apodrecem uns tantos sujeitos, umas poucas mulheres, uns e outros **varri** da memória, **retirei da vida**.

Encontro na rua um desses fantasmas, paro a conversar, escuto, correspondo às frases, às saudações, aos elogios, aceito o abraço, o beijo fraterno de Judas. Sigo adiante, o tipo pensa que mais uma vez me enganou, mal sabe ele que está morto e enterrado.

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No trecho “**a impostura e a presunção me ofendem fácil**” temos um caso de sujeito composto antes do verbo, por isso esse verbo deve estar no plural; o mesmo trecho, com o sujeito depois do verbo: “**me ofendem fácil a impostura e a presunção**”, o verbo tanto pode ficar no plural como pode concordar com o sujeito mais próximo;
- b) Em “**perdem o viço**”, tem-se um exemplo de regência verbal não preposicionada; em “**já com ele não me aborreço**”, tem-se um exemplo de Regência verbal preposicionada, posto que o verbo aborrecer é regido pela preposição com;
- c) Há um caso de regência verbal em “**Tenho horror a hospitais**”;
- d) O trecho “**enterro aqueles que matei**” apresenta o verbo no tempo presente – modo indicativo; no trecho “**retirei da vida**”, o verbo está no tempo pretérito perfeito – modo indicativo; o trecho “**já não pode me magoar**” apresenta um verbo no infinitivo impessoal;
- e) O trecho “**retirei da vida**” se fosse reescrito para “**retirara da vida**” ficaria no tempo pretérito mais-que-perfeito – modo indicativo; caso fosse reescrito para “**Eu teria retirado da vida**”, o verbo estaria no tempo Pretérito Mais-que-perfeito Composto do Subjuntivo; “**Nele enterro aqueles que matei**”, substituído por “**Nele vou enterrar**

**aqueles que matei**”, o verbo em destaque seria uma locução verbal (perífrase verbal)

50. Leia o poema e marque a alternativa **INCORRETA**:

**Coração é Terra que Ninguém Vê**  
Cora Coralina

Quis ser um dia, jardineira  
de um coração.  
Sachei, mondei - **nada colhi**.  
**Nasceram espinhos**  
e nos espinhos me ferí.

Quis ser um dia, jardineira  
de um coração.  
Cavei, plantei.  
Na terra ingrata  
**nada criei**.

Semeador da Parábola...  
**Lancei a boa semente**  
a gestos largos...  
Aves do céu levaram.  
Espinhas do chão cobriram.  
O resto **se perdeu**  
na terra dura  
da ingratidão

**Coração é terra que ninguém vê**  
- diz o ditado.  
Plantei, reguei, **nada deu**, não.  
Terra de lagedo, de pedregulho,  
- teu coração. Bati na porta de um coração.  
Bati. Bati. Nada escutei.  
Casa vazia. Porta fechada,  
foi que encontrei...

- a) No contexto do poema, as palavras **nada colhi – nada criei - se perdeu – nada deu**, considerando o contexto em que são utilizadas no texto, são sinônimos;
- b) No trecho: “**Nasceram espinhos**”, a palavra espinhos é um objeto direto;
- c) “**Lancei a boa semente**”, a palavra semente é um objeto direto e a palavra boa é uma adjunto adnominal;
- d) “**Coração é terra que ninguém vê**”, tem-se uma oração subordinada adjetiva restritiva;



- e) “Lancei a boa semente”, se substituir a palavra semente por um pronome oblíquo, deveria ser um caso de ênclise: “Lancei-a”, pois o verbo está iniciando a oração.

### PROVA DISSERTATIVA

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Supremo Tribunal Federal admite o fenômeno da *constitucionalidade (ou constitucionalização) superveniente?* Justifique (fundamente) sua resposta.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

2. Eustáquio, gestor público do órgão X, está preocupado com a situação do contrato de serviço de prestação de serviços de enfermagem celebrado com a empresa Alfa, pois este já fora prorrogado repetidas vezes, e completará sessenta meses nos próximos dias. A licitação para a contratação deste serviço, embora iniciada com bastante antecedência, está paralisada em virtude de decisão judicial liminar. A fundamentação da liminar concedida considerou ilegal cláusula que exigia da licitante, como documento de qualificação técnica, no momento da habilitação, um visto expedido pelo Conselho Regional de Enfermagem do Estado onde será realizado o certame na certidão comprobatória de seu registro, expedida pelo Conselho onde está situada a sede da empresa.

Diante de tal situação, responda aos seguintes questionamentos:

- a) quais as providências possíveis para Eustáquio manter os serviços prestados pela empresa sem solução de continuidade?
- b) caso a empresa continue a prestar os serviços após a vigência contratual, ou seja, sem cobertura contratual, o pagamento destes serviços deve ser efetuado?

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3. Suponha a seguinte situação: A Lei “X”, em vigor desde 01/01/2015, estabeleceu uma nova taxa de juros moratórios a ser aplicada contra a Fazenda Pública. O Estado do Amazonas, então, foi demandado em ação judicial na qual o particular cobrou exatamente as parcelas acessórias, notadamente juros moratórios, em razão de atraso em pagamentos diversos ocorridos desde 2016. A sentença condenou a Fazenda Pública Estadual ao pagamento dos juros moratórios em favor do particular, observada a taxa preconizada na Lei “X”, transitando em julgado a sentença em 01/03/2020. O particular iniciou, ato contínuo, a fase de cumprimento de sentença, sendo então intimada a Fazenda Pública.

Sucedo que a Lei “X” foi questionada em sede de controle abstrato de constitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade, por meio de acórdão, cujo trânsito em julgado se deu em 20/02/2020. Não houve modulação dos efeitos.

Diante do caso hipotético narrado, disserte sobre o instrumento processual e fundamento adequados para defesa dos interesses do Estado do Amazonas.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

4. Defina e explique os seguintes princípios: a) capacidade contributiva; b) legalidade tributária; c) vedação ao efeito de confisco; d) anterioridade; e) segurança jurídica em matéria tributária; f) isonomia tributária; g) irretroatividade das leis tributárias; h) tipologia tributária.

#### DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

5. Paulo, empregado da empresa KLV Ltda., terceirizada da empresa ADM Serviços de Limpeza Ltda., em decorrência de contrato de prestação de serviços celebrado entre os mesmos. As atribuições por Paulo exercidas inserem-se na atividade-meio da tomadora, a qual efetua o controle de sua jornada de trabalho e dirige a prestação pessoal dos serviços, emitindo ordens diretas ao



*Estado do Amazonas*  
*Procuradoria-Geral do Estado*

trabalhador no desempenho de suas tarefas.

- a) É possível afirmar que se trata de terceirização lícita?
- b) É possível o reconhecimento de vínculo empregatício de Paulo com a empresa prestadora do serviço?
- c) E com a tomadora? Justifique e fundamente sua resposta.